

**PROVA DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM****QUESTÃO 1**

No que se refere à ética, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A verdade, em oposição à mentira, ainda que contrária ao interesse da Administração Pública, consiste em fator de correção do erro e da opressão, bem como de aniquilamento da corrupção.
- (B) A função pública é exercício profissional que se integra à vida particular, de modo que o conceito funcional espelhe a conduta dentro e fora do exercício.
- (C) A publicidade é requisito de eficácia e moralidade do ato administrativo, consistindo o seu descumprimento em comportamento ético contrário ao bem comum.
- (D) A cortesia, a boa vontade e o cuidado no atendimento ao contribuinte constituem contrapartida ao pagamento de tributos.
- (E) O respeito à hierarquia, ao servidor e ao cidadão não consiste em fator de harmonia e de colaboração.

**QUESTÃO 2**

Durante o exercício da função pública, o servidor tem direitos e deveres conforme o regime jurídico ao qual se submeteu. Sendo assim, assinale a alternativa correta à luz do Decreto n.º 5.462/2001.

- (A) O servidor público deve ser leal à instituição, porém não há dever de fidelidade ao interesse público.
- (B) A boa-fé, o respeito à hierarquia e a honestidade são considerados como componentes da ética.
- (C) A dignidade e o decoro no exercício da função são componentes da ética, mas a presteza e a tempestividade podem ser afastadas a qualquer tempo pelo servidor.
- (D) A impessoalidade é traço marcante da Administração Pública, porém a transparência não é a regra a ser obedecida em razão do sigilo.
- (E) A assiduidade e a pontualidade são deveres dos servidores, não admitindo, em nenhuma hipótese, justificativas postuladas e devidamente comprovadas.

**QUESTÃO 3**

Quanto à responsabilidade do servidor, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responde penal e administrativamente, não cumulando a responsabilidade civil.
- (B) A responsabilidade civil decorre de procedimento omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que importe em prejuízo da Fazenda Pública Estadual, mas não de terceiros.
- (C) A responsabilidade penal abrange somente crimes imputados ao funcionário como tal.
- (D) A absolvição criminal só afasta a responsabilidade civil ou administrativa se negar a existência do fato ou afastar do acusado a respectiva autoria.
- (E) A absolvição criminal afasta a responsabilidade civil ou administrativa em todas as hipóteses previstas na Lei Processual Penal.

**QUESTÃO 4**

De acordo com a Lei n.º 10.460/1988, o processo disciplinar deverá ser concluído no seguinte prazo, contado da data de citação:

- (A) 180 dias, se adotado o procedimento ordinário.
- (B) 180 dias, se adotado o procedimento ordinário, permitindo uma prorrogação.
- (C) 90 dias, se adotado o procedimento sumário.
- (D) 60 dias, se adotado o procedimento sumário.
- (E) 45 dias, se adotado o procedimento especial.

**QUESTÃO 5**

O comportamento humano é influenciado por três sistemas verbais: auditivo (palavra falada); visual (palavra lida); e escrito. O que se adquire primeiro é o sistema auditivo. Considerando essa informação, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema verbal visual depende apenas dos olhos para funcionar.
- (B) O sistema auditivo verbal é acionado apenas quando se escuta um som. Sendo assim, se alguém pensar em um som específico, a área cerebral responsável pela audição não será estimulada.
- (C) Os sistemas verbais são conteúdos estáticos e, por isso, um conteúdo aprendido na infância permanecerá com os mesmos dados até a fase adulta.
- (D) Todos os sistemas verbais (auditivo, visual e escrito) apresentam a mesma projeção e estimulação elétrica no cérebro.
- (E) O sistema auditivo aprende primeiro em virtude de apresentar menos maturidade psiconeurológica que o visual e o escrito.

**QUESTÃO 6**

O processo de percepção pode desencadear uma distorção perceptiva. Essa distorção perceptiva se configura entre o(a)

- (A) estímulo e a observação do estímulo.
- (B) observação do estímulo e a avaliação e a interpretação da realidade.
- (C) avaliação e a interpretação da realidade e o comportamento.
- (D) estímulo e o comportamento.
- (E) comportamento e a interpretação da realidade.

**QUESTÃO 7**

Acerca de crise organizacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Na visão atual, é desnecessária e prejudicial.
- (B) Na visão tradicional, é necessária e inevitável.
- (C) Na visão tradicional, é vista como algo desnecessário e prejudicial.
- (D) Na visão atual, é uma má organização e, por isso, os gestores são diretamente responsabilizados.
- (E) Na visão tradicional, é algo que pode ser funcional porque pode tornar as organizações mais eficazes.

**QUESTÃO 8**

A respeito das abordagens do conflito, assinale a alternativa correta.

- (A) Na abordagem interacionista, o conflito é indispensável para o desempenho eficaz do grupo.
- (B) Na abordagem tradicional, o conflito não é ruim e sua existência pode ser racionalizada por meio de uma análise histórica da sociedade.
- (C) Nos dias atuais, a crise organizacional é percebida como um problema direto dos funcionários da organização, que têm características psicológicas narcisistas e egoístas, não contribuindo de forma direta com a organização.
- (D) Na abordagem de Robbins, a crise é definida como substantiva e afetiva, relacionando a tarefa a ser desempenhada aos sentimentos desencadeados pelos funcionários.
- (E) A abordagem tradicional do conflito e da crise teve início nos anos 1990. Esse período foi marcado como o final da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética. A forma como os Estados Unidos convenceram e gerenciaram os governos comunistas da época estimulou o novo modelo e o conceito de crise.

**QUESTÃO 9**

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa correta.

- (A) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- (B) Todo consumidor é vulnerável, mas nem todo consumidor é hipossuficiente.
- (C) Mesmo que haja disposição em contrário, o valor estabelecido em orçamento, feito pelo fornecedor de serviço, terá validade pelo prazo de dez dias, contados a partir de seu recebimento pelo consumidor.
- (D) O desconhecimento do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- (E) É aplicável o CDC às relações jurídicas internas entre os condôminos e o condomínio quanto às despesas de manutenção deste.

**QUESTÃO 10**

O Decreto n.º 2.181/1997 dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.078/1990. Com relação à competência dos órgãos integrantes do SNDC, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente quando necessário, compete à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça prestar aos consumidores orientação sobre seus direitos e garantias.
- (B) Compete à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça incentivar, inclusive com recursos e outros programas especiais, a criação de órgãos públicos estaduais e municipais de defesa do consumidor e a formação, exclusivamente pelos fornecedores, de entidades com esse mesmo objetivo.
- (C) Não compete à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) Somente entidade ou órgão da Administração Pública, federal ou estadual, destinado à defesa dos interesses e direitos do consumidor tem, no âmbito de suas respectivas competências, atribuição para apurar e punir infrações a este Decreto e à legislação das relações de consumo, estando excluídos, portanto, os órgãos da Administração Pública municipal.
- (E) Compete à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito para apuração de delito contra o consumidor, nos termos da legislação vigente.

**QUESTÃO 11**

O CDC estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5.º, inciso XXXII, e 170, inciso V, da Constituição Federal de 1988 (CF), e do art. 45 de suas Disposições Transitórias. No que se refere aos direitos básicos do consumidor previstos no art. 6.º da Lei n.º 8.078/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
- (B) Os serviços públicos em geral não se enquadram na proteção do consumidor.
- (C) O consumidor somente terá direito à revisão contratual se constarem em contrato cláusulas abusivas.
- (D) A proteção contra publicidade enganosa e abusiva e contra métodos comerciais coercitivos ou desleais não é considerada como direito do consumidor, recebendo a tutela do Código Civil brasileiro.
- (E) A proteção à informação, como prevista pelo inciso III do art. 6.º supracitado, não precisa, necessariamente, por força exclusiva do CDC, ser acessível à pessoa com deficiência.

**QUESTÃO 12**

Acerca da proteção à saúde e à segurança do consumidor, assinale a alternativa correta.

- (A) Em se tratando de produto industrial, cabe ao Estado prestar as informações pertinentes por meio de impressos apropriados que devem acompanhar o produto.
- (B) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança poderá, a depender do caso concreto, informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito de sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas.
- (C) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados como normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.
- (D) O fornecedor poderá, desde que informe previamente, colocar, no mercado de consumo, produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.
- (E) Sempre que tiverem conhecimento da periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão notificar as empresas para que procedam às medidas cabíveis.

**QUESTÃO 13**

Em caso de vício do produto, o consumidor poderá exigir sua substituição por outro produto da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, se o fornecedor não resolver o problema em

- (A) 180 dias.
- (B) 90 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) 15 dias.

**QUESTÃO 14**

Para mais bem disciplinar o exercício da profissão de empresário no que se refere ao respeito aos direitos dos consumidores, o Código de Defesa e Proteção do Consumidor regulou aspectos relevantes das práticas comerciais, particularmente quanto à oferta e à publicidade de produtos e serviços. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O fabricante e o importador assegurarão a oferta de componentes e peças de reposição do produto quando eles estiverem sendo vendidos no mercado.
- (B) O consumidor só poderá ter acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes, mediante autorização prévia expedida por juiz ou órgão competente.
- (C) O fornecedor poderá enviar, sem solicitação prévia, qualquer propaganda ou produto ao consumidor, desde que isso não acarrete nenhum prejuízo ao destinatário.
- (D) Aprovado o orçamento prévio de fornecimento de serviço, o consumidor terá até sete dias para, unilateralmente, desistir do negócio.
- (E) A publicidade será enganadora por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou do serviço.

**QUESTÃO 15**

Quanto a sanções administrativas, assinale a alternativa correta.

- (A) As sanções administrativas previstas no CDC serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser cumulativas, inclusive por medida cautelar antecedente ao incidente de procedimento administrativo.
- (B) Se aplicadas sanções administrativas por infrações ao CDC, ficarão prejudicadas as sanções de natureza civil e penal, pela maior amplitude daquelas.
- (C) Os órgãos oficiais poderão notificar os fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, ainda que digam respeito a segredos industriais, pela prevalência do interesse social.
- (D) Não há sanções administrativas autônomas no CDC, estando todas as medidas possíveis inseridas nos âmbitos civil e penal.
- (E) As sanções administrativas no CDC são somente multa, apreensão e inutilização do produto e proibição de sua fabricação.

**QUESTÃO 16**

A respeito da defesa do consumidor em juízo, no âmbito de previsão da Lei n.º 8.078/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) Dentro do processo, para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.
- (B) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo somente individualmente, tendo em vista seu caráter personalíssimo.
- (C) Para fins de defesa coletiva, o Ministério Público será considerado como o único legitimado concorrentemente aos elencados pelo art. 81 do CDC.
- (D) Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão alternativamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- (E) Em caso de procedência do pedido, a condenação será específica, fixando a responsabilidade do réu somente pelos danos comprovadamente causados.

**QUESTÃO 17**

Quando uma rede de postos de combustíveis reduz o preço de venda de seus produtos abaixo do preço de custo, objetivando eliminar rivais no mercado, está incorrendo na prática anticompetitiva de

- (A) cartel.
- (B) venda casada.
- (C) preço predatório.
- (D) fixação de preços de revenda.
- (E) discriminação de preços.

**QUESTÃO 18**

Durante a fiscalização de um posto revendedor, o fiscal do órgão conveniado verificou que a gasolina aditivada comercializada possuía teor de etanol anidro acima do permitido pela legislação.

Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa que apresenta a irregularidade de que o fato se trata.

- (A) bomba baixa
- (B) posto clone
- (C) uso indevido da marca
- (D) combustível fora de especificação
- (E) fraude fiscal

**QUESTÃO 19**

Desde 31 de dezembro de 2001, os reajustes nos preços dos combustíveis passaram a caber exclusivamente

- (A) à Agência Nacional do Petróleo (ANP).
- (B) ao agente econômico.
- (C) ao Ministério de Minas e Energia (MME).
- (D) ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
- (E) ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

**QUESTÃO 20**

Em ações de fiscalização externa, o agente do órgão conveniado **não** deve

- (A) informar aos outros integrantes do órgão, antes do início da operação, os agentes que serão fiscalizados.
- (B) estabelecer contato com o agente regulado para informar a respeito da ação na chegada ao local de fiscalização.
- (C) informar ao agente regulado a respeito dos documentos que deverão ser apresentados e do escopo da ação de fiscalização, indicando as instalações que serão alvos da fiscalização.
- (D) realizar, quando julgar conveniente, breve exposição para apresentar ao agente regulado as principais constatações da ação de fiscalização.
- (E) entregar a via correspondente do documento de fiscalização ao agente regulado ao término da ação de fiscalização.

**QUESTÃO 21**

Quanto às obrigações e vedações da atividade de posto revendedor de combustível automotivo, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Suponha-se que, depois de analisados os combustíveis comercializados em um posto revendedor, tenha sido verificada alteração no teor alcoólico do etanol hidratado. Isso contraria a Resolução ANP n.º 41/2013, que determina que todos os combustíveis líquidos comercializados nos postos revendedores devem atender as características e especificações determinadas pela ANP.
- (B) É vedado ao revendedor varejista de combustíveis automotivos fornecer, ao consumidor, volume de combustível automotivo diverso do indicado na bomba medidora, observadas as variações volumétricas permitidas pelo órgão metrológico competente, quando couber.
- (C) A atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que possuir autorização outorgada pela ANP.
- (D) É vedado ao revendedor varejista de combustíveis automotivos estabelecer limites quantitativos para revenda ao consumidor.
- (E) Os postos de combustíveis são obrigados, quando o gerente estiver presente, a realizar testes de qualidade dos produtos por solicitação do consumidor, em atendimento à Resolução ANP n.º 9/2007 e ao Regulamento Técnico ANP n.º 1/2007.

**QUESTÃO 22**

Assinale a alternativa que apresenta conduta lícita nos termos do Decreto Federal n.º 5.903/2006.

- (A) Os preços dos produtos e serviços expostos à venda devem ficar visíveis aos consumidores enquanto o estabelecimento estiver aberto, bem como enquanto estiver fechado ao público nos casos de lojas situadas em *shoppings*.
- (B) Na hipótese de afixação de preços de bens e serviços para o consumidor em vitrines e no comércio em geral, a etiqueta ou similar afixada diretamente no produto exposto à venda deverá ter sua face principal voltada ao consumidor, a fim de garantir a pronta visualização do preço, independentemente de solicitação do consumidor ou intervenção do comerciante.
- (C) A modalidade de relação de preços de produtos expostos e de serviços oferecidos aos consumidores deverá ser empregada quando for difícil a utilização das outras modalidades de exposição de preços estabelecidas no Decreto Federal n.º 5.903/2006.
- (D) Em supermercados, mercearias, farmácias ou estabelecimentos comerciais onde o consumidor não tenha acesso direto ao produto, são admitidas as modalidades de afixação de preço direta ou impressa na própria embalagem, código referencial ou código de barras, independentemente da necessidade de intervenção do comerciante.
- (E) Na hipótese de utilização do código de barras para apreçamento, o fornecedor poderá disponibilizar equipamentos de leitura ótica, na área de vendas, para consulta de preços pelo consumidor.

**QUESTÃO 23**

Com base no art. 9.º do Decreto Federal n.º 5.903/2006, assinale a alternativa que **não** apresenta infração ao direito básico do consumidor.

- (A) utilizar referência que não deixa dúvida quanto à identificação do item ao qual se refere
- (B) informar preços apenas em parcelas, obrigando o consumidor a calcular o total
- (C) utilizar letras cujo tamanho não seja uniforme ou dificulte a percepção da informação, considerando-se a distância normal de visualização do consumidor
- (D) expor informação redigida na vertical ou em outro ângulo que dificulte a percepção
- (E) expor preços com as cores das letras e do fundo idêntico ou semelhante

**QUESTÃO 24**

A Portaria n.º 2.014/2008 do Ministério da Justiça tem por objetivo estabelecer o tempo máximo para o contato direto com o atendente, quando essa opção for selecionada, e o horário de funcionamento no Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta direito resguardado ao consumidor por meio da referida Portaria.

- (A) Nos serviços financeiros, o tempo máximo para o contato direto com o atendente será de até sessenta segundos, inclusive nas segundas-feiras, nos dias que antecedem e sucedem os feriados e no 5.º dia útil de cada mês.
- (B) O tempo máximo para o contato direto com o atendente, quando essa opção for selecionada pelo consumidor, será de até noventa segundos.
- (C) Nos serviços de energia elétrica, o tempo máximo para o contato direto com o atendente somente poderá ultrapassar o prazo de sessenta segundos nos casos de atendimentos emergenciais de abrangência sistêmica, assim considerados aqueles que, por sua própria natureza, impliquem a interrupção do fornecimento de energia elétrica a um grande número de consumidores, ocasionando elevada concentração de chamadas, nos termos de regulação setorial.
- (D) É vedada a interrupção do acesso ao SAC, mesmo quando o serviço ofertado não estiver disponível para fruição ou contratação, 24 horas por dia e sete dias por semana.
- (E) O SAC estará disponível, ininterruptamente, durante 24 horas por dia e sete dias por semana, não comportando qualquer exceção.

**QUESTÃO 25**

Se instaurado mais de um processo administrativo, por pessoas jurídicas de direito público distintas, para apuração de infração decorrente de um mesmo fato imputado ao mesmo fornecedor, o eventual conflito de competência será dirimido pela

- (A) Secretaria Nacional do Consumidor, que deverá ouvir a Comissão Nacional Permanente de Defesa do Consumidor.
- (B) Secretaria Nacional do Consumidor, que poderá ouvir a Comissão Nacional Permanente de Defesa do Consumidor.
- (C) entidade ou pelo órgão da Administração Pública estadual que tenha tomado conhecimento da infração primeiro.
- (D) Comissão Nacional Permanente de Defesa do Consumidor.
- (E) Associação de Procons do Brasil.

**QUESTÃO 26**

O processo administrativo, visando apurar uma prática infrativa às normas de proteção e defesa do consumidor, terá início

- (A) somente por ato escrito da autoridade competente.
- (B) apenas pela lavratura do auto de infração.
- (C) apenas pela lavratura do auto de infração e pela reclamação do consumidor.
- (D) por ato escrito da autoridade competente, pela lavratura do auto de infração e pela reclamação.
- (E) somente pela reclamação do consumidor.

**QUESTÃO 27**

Compete à gerência de fiscalização do Procon-Go

- (A) a cobrança e a arrecadação das multas aplicadas.
- (B) elaborar e divulgar anualmente o cadastro de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços.
- (C) providenciar o encaminhamento de expedientes a outros órgãos de fiscalização, visando informá-los de possíveis irregularidades detectadas, relativas às suas áreas de atuação.
- (D) realizar e divulgar pesquisas de preço e de comportamento.
- (E) atuar como primeira instância de julgamento dos processos administrativos.

**QUESTÃO 28**

De acordo com a Lei Municipal n.º 8.741/2008 e as Portarias SMS n.º 283/2009 e n.º 204/2009, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É proibido usar ou expor à venda produtos que não possuam registro na Anvisa/MS e produtos sem rótulos ou com rotulagem em desacordo com a legislação pertinente.
- (B) Não é permitido o uso de produtos cosméticos caseiros, tal como cera de depilação, mesmo que apresentem, em seu rótulo, a data de vencimento.
- (C) Produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes são regularizados por normas legais específicas e podem ser sujeitos a registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- (D) Produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes devem ser armazenados em suas embalagens originais rotuladas, respeitando-se as recomendações técnicas do fabricante e as demais normas vigentes.
- (E) Não existe legislação que disponha sobre os requisitos técnicos para a regularização de certos produtos, como, por exemplo, os esmaltes e as maquiagens, ao contrário de produtos alisantes ou tinturas de cabelo.

**QUESTÃO 29**

A respeito das competências legais da vigilância sanitária, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os órgãos de vigilância sanitária municipais são responsáveis pela fiscalização de alimentos no comércio, pela inspeção de estabelecimentos de alimentos e pela adoção das medidas legais cabíveis caso sejam encontradas irregularidades.
- (B) O órgão sanitário competente é responsável pelo licenciamento prévio de todo estabelecimento na área de alimentos.
- (C) A regulamentação, o registro de produtos e a inspeção da produção de alimentos de origem animal são de competência da Anvisa.
- (D) O órgão sanitário é responsável pela fiscalização e emissão do certificado de vistoria de veículos destinados ao transporte de alimentos.
- (E) Não é de competência da vigilância sanitária o registro de bebidas alcoólicas, refrigerantes e sucos, mas sim do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

**QUESTÃO 30**

No que se refere à exposição para a venda de alimentos, matérias-primas alimentares e alimentos *in natura*, assinale a alternativa correta.

- (A) Na rotulagem de qualquer alimento, quer seja matéria-prima ou já embalado para o comércio, basta constar a data de validade e as condições de armazenamento.
- (B) O armazenamento de alimentos sob congelamento deve obedecer à especificação de temperatura estabelecida pelo fabricante e esta informação não necessariamente precisa constar no rótulo.
- (C) É permitido expor à venda alimentos elaborados em caráter experimental e destinados à pesquisa de mercado.
- (D) Os alimentos vendidos a granel, tais como castanhas, cereais, doces e frutas desidratadas, devem apresentar todas as informações de rotulagem nos vasilhames onde forem colocados para a comercialização.
- (E) Caso haja o descongelamento, os alimentos que, de origem de fábrica, deveriam ter sido mantidos congelados, mas apresentam visualmente boa aparência, poderão ser comercializados com data de vencimento reduzida, desde que o fato seja informado ao consumidor.